

# ECONOMIA



*O período golpista capitaneado por Michel Temer chega a seu fim de forma melancólica. Sua política econômica, dirigida por ilustres representantes do sistema financeiro, mostrou-se desastrosa e foi incapaz de reanimar a economia. A despeito das radicais reformas neoliberais que o “dream team” de economistas golpistas conseguiu implementar (Reforma Trabalhista, congelamento dos gastos públicos federais, flexibilização da participação da Petrobras nos campos do pré-sal, entre outras), o suposto resgate da confiança não foi suficiente para reverter a anêmica demanda agregada. Ao fim e ao cabo, Temer e seus geniais ministros da área econômica conseguiram algo inédito: mantiveram a economia estagnada mesmo depois de um profundo mergulho recessivo.*

## Nível de Atividade

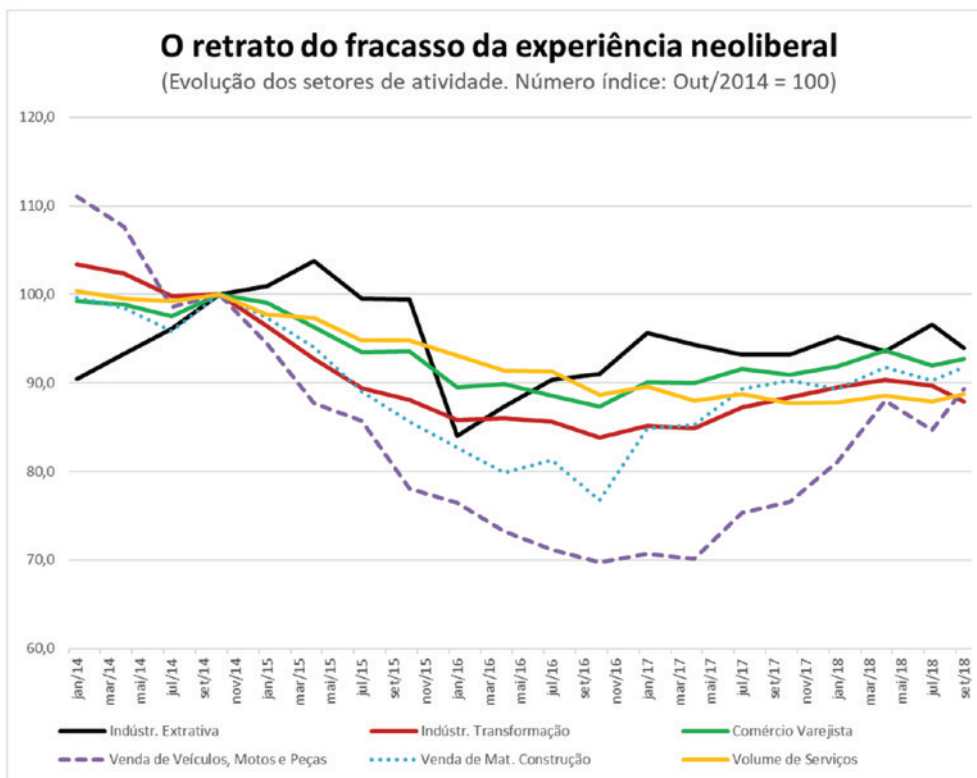
Ao longo de 2018, os setores de atividade econômica apresentaram trajetórias levemente ascendentes, configurando a permanência do processo de estagnação, que, pelo segundo ano consecutivo, manteve crescimento do PIB per capita muito próximo de zero (0,2%) - ou seja, a taxa de crescimento da produção brasileira não tem conseguido superar de forma significativa a taxa de crescimento populacional.

Se estivéssemos estacionados em um patamar de alta renda per capita ou de plena utilização da capacidade produtiva, a situação não seria tão grave, mas ocorre que, no quadro brasileiro atual, a estagnação veio suceder dois anos de profunda recessão que derrubaram o PIB em 7% e o PIB per capita em pouco mais de 11%.

Desta forma, estamos vivendo realmente uma situação jamais vista na história brasileira, com quatro anos seguidos de persistente depressão econômica, alto desemprego e retração acentuada dos investimentos públicos e privados.

Como fica evidente na trajetória das curvas apresentadas na figura a seguir, a ortodoxia econômica de inspiração neoliberal, que teve início com Joaquim Levy (janeiro de 2015), foi mantida pelo time de Temer e que, inacreditavelmente, continua a inspirar a equipe econômica do futuro governo Bolsonaro, alcançou um retumbante fracasso. Todos os setores de atividade, sem exceção, sofreram quedas expressivas nos anos de 2015 e 2016 e, mais grave do que isso, permanecem em patamares significativamente inferiores aos que se encontravam em outubro de 2014.

Gráfico 1



Fonte: IBGE/Pesquisas Mensais Setoriais (PIM/PMS/PMC), índices com ajustes sazonais.

Não é demais assinalar que, por sua extensão e profundidade, o atual processo depressivo configura a mais grave crise recessiva da história do Brasil, tendo já superado as recessões de 1981-83 (crise da dívida) e a de 1990-1992 (crise do Plano Collor).

Além disso, cabe lembrar que em 2018, a greve dos caminhoneiros talvez tenha sido o melhor exemplo das consequências problemáticas de uma política econômica orientada pelo encolhimento do papel do Estado e das empresas estatais, pela negligência com o investimento em setores estratégicos de infraestrutura e pela obsessão com a financeirização dos preços e a desnacionalização da economia. Como resultado, o país deparou com uma crise de desabastecimento que propagou insegurança entre a população e impactou negativamente a dinâmica macroeconômica do segundo semestre. Em 2018, a economia estacionou na estrada com motoristas incomodados com seu trajeto.

### Inflação e política monetária

Frente ao quadro de duradoura anemia econômica, elevada taxa de desocupação (oscilando em torno de 13%), estagnação dos salários reais e alta capacidade ociosa no setor industrial, a inflação brasileira manteve-se em patamar relativamente reduzido ao longo de 2018, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre 3,6% e 3,7%, portanto, significativamente abaixo do centro da meta estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (4,5%).

Considerando a inflação acumulada nos últimos doze meses encerrados em novembro, o IPCA registrou uma taxa de 4,05%. Entretanto, dadas as diferenças de consumo que caracterizam os variados patamares de renda, observa-se que a inflação tem sido ligeiramente inferior para os estratos sociais de menor renda (veja na tabela a seguir).

**Inflação por faixa de renda (em %)**

	Variação mensal			Variação acumulada	
	set-18	out-18	nov-18	Ano	Doze meses
Renda muito baixa	0,34	0,49	-0,17	3,32	3,66
Renda baixa	0,36	0,48	-0,17	3,39	3,77
Renda média-baixa	0,39	0,47	-0,19	3,55	3,98
Renda média	0,46	0,45	-0,20	3,53	3,89
Renda média-alta	0,51	0,43	-0,21	3,78	4,18
Renda alta	0,53	0,42	-0,23	3,83	4,29
IPCA	0,48	0,45	-0,21	3,59	4,05

Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estados e Políticas Macroeconômicas (Dinac)/Ipea

Por conta dessa trajetória relativamente comportada dos índices de preços ao longo do presente ano, a taxa básica de juros (Selic) vem sendo mantida em 6,5% desde março de 2018 e, ao que indicam as projeções do Relatório Focus do Banco Central, assim deverá permanecer durante os primeiros meses do próximo exercício. Ou seja, se os parâmetros econômicos não sofrerem grandes alterações com o início do novo governo, a taxa real de juros deverá seguir oscilando entre 2,5% e 3% no próximo ano, o que significa que permanecerá como uma das cinco mais elevadas do planeta.

**Comércio Exterior**

O ano de 2018 deverá encerrar com um superávit comercial da ordem de 58 bilhões de dólares, portanto, nove bilhões a menos do que foi registrado no ano passado, quando o país alcançou seu melhor resultado comercial da história. De toda maneira, o saldo de 2018 será bem expressivo e deverá ajudar bastante a reduzir o déficit em Conta Corrente, o qual deverá terminar o ano com um valor próximo de quinze bilhões de dólares.

Entre as principais razões que explicam a diminuição do saldo comercial na passagem de 2017 para 2018, destacam-se o aumento das importações em velocidade superior à das exportações (o que era esperado em um contexto de fim de recessão), a contração das exportações para a Argentina (em virtude da grave crise cambial que afeta o país vizinho) e a relativa contração da safra agrícola brasileira que deverá ficar 5,5% menor do que a de 2017.

O quadro prospectivo, entretanto, não é dos melhores. Conforme já vêm alertando diversos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, Banco Mundial), espera-se uma retração do comércio mundial em 2019, fruto das rodadas protecionistas disparadas a partir da gestão de Donald Trump e da lenta perda de dinamismo da economia chinesa. Além disso, de acordo com alguns dos mais renomados especialistas em economia internacional, há um crescente risco de o mundo mergulhar em uma nova crise financeira global, agora centrada no alto endividamento das empresas estadunidenses.

Não por outra razão, entre os analistas que compõem o quadro de entrevistados do Relatório Focus, espera-se uma retração de cerca de 9% no saldo comercial brasileiro em 2019 e de quase 20% em 2020.

**Contas Públicas**

Embora a austeridade fiscal venha sendo mantida na retórica da ortodoxia econômica como a principal condição para a retomada do crescimento da produção, os cortes de gastos inescrupulosos que têm sido praticados nos últimos anos não têm sequer conseguido impedir o aumento da dívida líquida do setor público, que atingiu 53,26% do PIB em outubro de 2018, o maior percentual desde dezembro de 2006. Ao que parece, como os empreendedores capitalistas não orientam suas decisões pela perspectiva de melhora nas contas fiscais

– mas sim pela segurança quanto à demanda por seus produtos – a retomada da produção não se consolida e sem ela, as receitas do governo não se recuperam na velocidade que seria necessária para reduzir o endividamento.

Consequentemente, o governo vai colhendo os péssimos resultados fiscais de sua contraprodutora política de austeridade, os quais só não são catastróficos por conta das receitas extraordinárias que têm sido obtidas em grande parte pela expansão das receitas com o petróleo. Seja porque houve uma boa recuperação dos preços internacionais nos primeiros dez meses de 2018 (a receita com os royalties subiu 62%), seja porque os poços do pré-sal têm demonstrado uma produtividade excepcional, superando as expectativas dos mais otimistas – quando os poços começaram a ser perfurados cerca de sete anos atrás, esperava-se um volume médio de quinze mil barris/dia por poço, mas hoje já se está alcançando uma média de 45 mil barris/dia – o governo Temer foi salvo pelo gongo, encer-

rando o exercício de 2018 com um déficit primário de aproximadamente 137 bilhões de reais, isto é, quase vinte bilhões abaixo daquele que constava do orçamento aprovado pelo Legislativo.

Para o ano que vem, entretanto, as expectativas em relação ao preço do petróleo não autorizam uma aposta em nova alta de tamanha monta. Com isso, as contas do governo central deverão voltar a triscar os limites da “regra de ouro” e do “teto de gastos”, os quais provavelmente serão evitados da pior maneira: via privatizações e corte mais profundo nas políticas sociais.

Cabe frisar, por fim, que ao contrário da pregação neoliberal que insiste na tese da austeridade fiscal, o Brasil não se situa acima dos parâmetros fiscais médios que vigoram entre os países da OCDE. Enquanto nossos gastos sociais alcançam 20,7% do PIB e nossa carga tributária é de apenas 32,3% do PIB, a média registrada entre os membros da Organização é, respectivamente, de 21,1% e de 34,2%.